

MICHEL PÊCHEUX: DO MATERIALISMO HISTÓRICO À ANÁLISE DO DISCURSO EM LES VÉRITÉS DE LA PALICE (1975) E NO (ENCONTRO DO) PROJETO TEORIA-IDEOLOGIA (1982)

Lucas Nascimento¹

Resumo: O objetivo central desta pesquisa é analisar como Pêcheux se aproxima da teoria althusseriana. A questão é: Como Michel Pêcheux formula a AD e constitui uma teoria analítica com influências e deslocamentos em relação a Althusser em suas grandes produções como a obra *Les Vérités de la Palice* e (o Encontro do) Projeto Teoria-Ideologia? Os resultados demonstram que a ideologia para Pêcheux é de filiação a Althusser pela sua operação ser como prática material, uma vez que a luta de classes é o princípio de organização das estruturas sociais e das formações discursivas. As considerações apontam a reprodução da dominação e a reprodução-transformação das relações de produção pelas condições ideológicas como materialmente funções dos Aparelhos Ideológicos de Estado, mas, sobretudo, da ousadia de pensar e de se revoltar, quando especificamente se tem a desidentificação como gesto político e de autoria criativa, permitindo ao sujeito produzir rupturas como prática transformadora. A pesquisa (re)comemora a produção de conhecimentos e a atualidade da obra *Les Vérités de la Palice* (1975) e do (encontro do) Projeto Teoria-Ideologia (1982) de Michel Pêcheux.

Palavras-chave: Pêcheux. Materialismo histórico. Análise do discurso. Ideologia. Discurso.

MICHEL PÊCHEUX: FROM HISTORICAL MATERIALISM TO DISCOURSE ANALYSIS IN LES VÉRITÉS DE LA PALICE (1975) AND NO (MEETING OF THE) THEORY-IDEOLOGY PROJECT (1982)

Abstract: The main objective of this research is to analyze how Pêcheux approaches Althusserian theory. The question is: *How does Michel Pêcheux formulate AD and constitute an analytical theory with influences and shifts in relation to Althusser in his major works such as Les Vérités de la Palice and (the Meeting of the) Theory-Ideology Project?* The results show that, for Pêcheux, ideology is aligned with Althusser because its operation functions as a material practice, since the class struggle is the principle organizing social structures and discursive formations. The considerations point to the reproduction of domination and the reproduction-transformation of the relations of production through ideological conditions as materially functions of the State Ideological Apparatuses, but above all, to the boldness to think and to rebel, when specifically one has disidentification as a political and creative authorship gesture, allowing the subject to produce ruptures as a transformative

¹ Doutor em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA). E-mail: mlucasnascimento@gmail.com

practice. The research (re)celebrates the production of knowledge and the relevance of Michel Pêcheux's work *Les Vérités de la Palice* (1975) and the (meeting) Theory-Ideology Project (1982).

Keywords: Public policies. Interpretation. Language order. Language organization.

Considerações iniciais

Como Marx dizia, até uma criança sabe que se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz não conseguirá sobreviver um ano que seja². A condição última da produção é portanto a reprodução das condições da produção. (Louis Althusser, 1970, p. 9)

Uma vez mais, nossas condições de produção, aqui, são para investigar a posição de Pêcheux e sua leitura do materialismo histórico³ para a produção do conhecimento em Análise do Discurso (AD). Diante de tal desafio, buscamos em alguns textos de Pêcheux como a ideologia atravessa materialmente o discurso e marca sua relação intrínseca. A influência da concepção althusseriana de ideologia como uma estrutura material impõe sentidos e significações favorece sua articulação com o conceito de formações discursivas de modo a indiciar subjetivações, como “a forma-sujeito no discurso” e “a forma-sujeito do discurso na apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política do proletariado”, conforme encontramos em partes de *Les Vérités de la Palice*. No campo da Análise do Discurso, essa abordagem implica uma leitura de algumas convergências e deslocamentos feitos por Pêcheux em relação a Althusser⁴. Essas construções no panorama filosófico e teórico permeiam a constituição da ideologia no discurso, de acordo com a parte III – Discurso e ideologia(s), de *Les Vérités de la Palice*.

Nossos objetivos são: (1) conhecer e entender (i.) alguns pontos da formulação e constituição da AD; (ii.) a concepção de História; (iii.) e a crítica estruturalista que Pêcheux se aproxima; (iv.) entender o funcionamento do pseudônimo Thomas Herbert como plano teórico estratégico por Michel Pêcheux para a provocação nas abordagens dominantes; (2) buscar nas três teses de Althusser algumas influências envolvidas nos conceitos de ideologia e discurso para Pêcheux; (3) investigar e evidenciar algumas convergências e deslocamentos pontuais feitos por Pêcheux em relação a Althusser, para esclarecermos a apropriação desses pontos no campo do próprio

2 Carta a Kugelman, 11-7-1868, *Lettres sur le 1^{er} Capital*, Ed. Sociales, p. 229.

3 O materialismo histórico é uma teoria que tem por objetivo analisar a história, a sociedade e a economia, a partir das condições materiais, afirmando que a base material (estrutura) determina a organização social, política e cultural (superestrutura). Foi realizado pelos fundadores Karl Marx e Friedrich Engels. A teoria propõe que a história avança através da luta de classes, impulsionada pelas contradições inerentes aos modos de produção e à forma como a sociedade organiza a produção de bens para satisfazer suas necessidades.

4 Louis Althusser recebeu influência de Marx e Engels. Foi influenciado pelo estruturalismo. Seu objetivo principal foi centrar-se em como a ideologia funciona como um sistema de representações que forma e deforma a realidade social de maneira a garantir a reprodução das relações de produção capitalistas. Althusser se distancia do economicismo. Isso é visto em especial nos AIEs (Aparelhos Ideológicos do Estado), que operam por meios (“não violentos”) da escola e da família geralmente para estabelecer a ideologia dominante e formar (ou ensinar) o sujeito. Os AIEs operam através da ideologia, tendo a escola como o mais importante deles nas sociedades capitalistas, ao contrário dos Aparelhos Repressivos de Estado como o exército, a polícia, entre outros.

materialismo histórico para a produção em *Les Vérités de la Palice* (1975) e nos textos de Pêcheux dos idos 1980 (especialmente o da conferência na Alemanha em 1982). Esses objetivos são motivados pela questão de pesquisa: Como Michel Pêcheux formula a AD e constitui uma teoria analítica com influências e deslocamentos em relação a Althusser em suas grandes produções como a obra *Les Vérités de la Palice* e o Projeto Teoria-Ideologia? Para realizarmos tal ousadia, o texto está organizado do seguinte modo: em *Thomas Herbert/Michel Pêcheux – A formulação/constituição da Análise do Discurso e seu pensamento inquietante*, apresentamos o pensamento de Michel Pêcheux como inquietante pelas questões a respeito do Materialismo Histórico, a respeito da ideologia e (da materialidade) do discurso, a citar duas, para o filósofo investigar as complexas relações entre discurso e ideologia. Na França, do Materialismo Histórico, sua influência é do intelectual Althusser para a produção do conhecimento de uma teoria interdisciplinar do discurso, que, além das influências basilares do Materialismo Histórico e da Linguística, busca na Psicanálise a compreensão do sujeito constituído pelo inconsciente e consciente, cuja ruptura se dá pela até então defesa de um sujeito pleno, consciente e livre, controlador de sua intencionalidade. No Brasil, a recepção de suas ideias foi decisiva para a consolidação da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, influenciando profundamente os estudos da linguagem no país.

O leitor encontrará a relação entre Thomas Herbert e Michel Pêcheux como fundamental na formulação da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, uma vez que essa tomada de posição se baseou no contexto político e ideológico de perseguições acadêmicas, de maneira que Thomas Herbert era o pseudônimo de Michel Pêcheux em seus primeiros escritos. Antes de institucionalizar a teoria em seu nome, os textos assinados por Herbert são considerados a fase

pré-fundadora da AD. Nesses, Herbert-Pêcheux inicia o esboço das bases epistemológicas que amparam seu projeto teórico a ser desenvolvido.

Para a compreensão do solo epistemológico althusseriano tão influente a Pêcheux, em *As três teses de Althusser e sua análise crítica das estruturas ideológicas e sociais*, pontuamos que Louis Althusser como filósofo marxista destacado desenvolveu uma análise crítica das estruturas ideológicas e sociais, o que traz seu reconhecimento no ensaio “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, em 1970, publicado em alemão na coleção *Positionen*. Nesta publicação, as principais teses sobre a ideologia são: (1) A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; (2) A ideologia tem uma existência material, concretizada nos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs); e, (3) A ideologia interpela os indivíduos, constituindo-os como sujeito.

Por fim, em “*Problemas das Pesquisas em Ideologia*” (*Projeto Ideologia-Teoria de Pêcheux*, 1982) e “*Ousar pensar e ousar se revoltar*” (*Pêcheux*, 1982), traçamos um percurso de alguns pontos de reavaliação de Pêcheux sobre as relações entre a teoria marxista, a ideologia stalinista, a ideologia proletária, no interior do conjunto do processo de interpelação ideológica, de disputas ideológicas e de contradição interna da ideologia. Isso pelo fato teórico de que “a luta ideológica de classes é um elemento”.

Trazemos também a ênfase de Pêcheux (1984) sobre as duas referências teóricas, a saber, o materialismo histórico e a teoria freudiana do inconsciente, “circulando entre essas duas referências fundamentais e conjugando seus efeitos com relação ao problema da ideologia, acima de tudo pelas “soluções” que aí se encontram imediatamente invalidadas” (*Pêcheux*, [1984]2014, p. 2). Para isso, buscamos exemplos de análises do próprio autor em sua conferência na Alemanha em 1982 e em sua

obra *Les Vérités de La Palice*, de janeiro de 1975.

A nossa filiação é na Análise do Discurso materialista. O corpus é composto por exemplos, entre outros, da conferência de Michel Pêcheux pronunciada no Encontro⁵ “Problemas das Pesquisas em Ideologia” do projeto Ideologia-Teoria, ocorrido em fevereiro de 1982. Esses exemplos estão correlacionados com a obra de homenagem: Michel Pêcheux. *Les Vérités de la Palice* – Linguistique, Sémantique, Philosophie. Édition en Anglais, 1975.

A seguir, vamos discorrer sobre pontos da formulação da AD na França e alguns desdobramentos teórico-analíticos.

Thomas Herbert/Michel Pêcheux – A formulação/constituição da Análise do Discurso e seu pensamento inquietante

Michel Pêcheux (1938-1983) inscreve-se no entremeio dos campos do Materialismo Histórico e da Psicanálise (Freudo-Lacaniana) como um pensador que deslocou os limites da Análise do discurso, ao evidenciar sua estruturação pela ideologia e sua compreensão pelo sujeito de natureza psicanalítica, posição que o faz para se distanciar da fenomenologia de Lévi-Strauss, por exemplo. Esse entendimento amplia a compreensão do deslocamento teórico proposto por Marx e Saussure, pois permite perceber como a ideologia se presentifica nas práticas discursivas, influenciando as relações entre formações ideológicas, formações imaginárias e formações discursivas – apresentadas em *Les Vérités de la Palice*, por Michel Pêcheux.

Em 1966, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux publicou o artigo “Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale”, seguido, em 1968, pelo texto “Remarques

pour une théorie générale des idéologies”. Esses textos apresentam uma crítica contundente ao estado teórico das Ciências Sociais, ao focar especialmente na Psicologia Social. No entanto, em 1967 e 1968, Pêcheux publicou dois artigos diretamente relacionados à Análise do Discurso, área que se tornaria sua principal linha de pesquisa. O primeiro artigo foi publicado no *Bulletin du Centre d'Études et de Recherches Psychotechniques* (CERP) e o segundo, na *Psychologie Française*. Apesar de parecerem, à primeira vista, desconectados, esses textos possuem uma relação intrínseca, uma vez que a Análise do Discurso de Pêcheux se insere dentro de uma estratégia maior de transformação das Ciências Sociais. Ao se utilizar de um pseudônimo e de uma abordagem distanciada, Pêcheux visava proteger sua carreira acadêmica e, ao mesmo tempo, articular um campo de estudo que, embora fosse radical, estivesse de acordo com as condições acadêmicas da época (Henry, 1977).

No cerne da obra de Pêcheux, uma das principais influências é o Materialismo Histórico, conforme a releitura de Louis Althusser a partir de sua interpretação de Karl Marx. Ao renovar o materialismo histórico, Althusser introduziu conceitos-chave que permitiram a Pêcheux avançar em uma nova forma de Análise do Discurso. Pêcheux se utilizou desses conceitos para propor que a ideologia não era algo superficial, mas uma parte constitutiva das relações sociais e das estruturas de poder (Montag, 1999; 2013). A Análise do Discurso, nesse sentido, passa a ser vista como um campo que não só reflete, mas também constitui a realidade social e histórica, alinhando-se com a crítica de Althusser à concepção idealista da história (Montag, 2013). A Psicanálise, formulada por Freud e avançada por Jacques Lacan, também exerce uma forte influência no pensamento de Pêcheux sobre o conceito de sujeito (Pêcheux, 1975b; 1980; 1981a; 1981b; Magalhães, 2017; Nascimento,

5 As comunicações estão em Re- thinking Ideology, Argument-Sonderblatt, 84, Berlin/W, 1983.

2019). Essa influência pode ser conferida na leitura de “Realismo metafísico e empirismo lógico: duas formas de exploração regressiva das ciências pelo idealismo”, da parte I – Linguística, lógica e filosofia da linguagem, de *Les Vérités de la Palice*.

Nessa perspectiva, a concepção lacaniana do inconsciente e a sua teoria da linguagem como estrutura simbólica são fundamentais para a Análise do Discurso de Pêcheux. Em uma nota de rodapé em *Analyse Automatique du Discours* (1969), Pêcheux faz referência a uma “teoria das ideologias” e à “teoria do inconsciente”, mas de maneira a não sobrepor sua teoria do discurso a essas abordagens. Em vez disso, ele propõe que sua Análise do Discurso pode intervir nesse campo, sem substituir as teorias do inconsciente ou da ideologia, mas sim oferecer uma abordagem que considera a linguagem como um espaço de práticas ideológicas e históricas (Henry, 1977).

No contexto do estruturalismo, que dominava o cenário acadêmico nos anos 1960, Pêcheux se aproxima de uma crítica estruturalista, embora ele de fato não seja diretamente um estruturalista. Ele se interessa especialmente por aspectos que não reduzem a linguagem a um simples reflexo da realidade, mas que a veem como uma prática social complexa, imersa em um campo ideológico e simbólico. Essa postura não reducionista em relação à linguagem é uma das principais contribuições de Pêcheux ao campo da Análise do Discurso, ao sugerir que a linguagem é um fenômeno constitutivo das relações sociais e das práticas discursivas. Embora não seja a única base teórica de Pêcheux, no estruturalismo está presente a concepção de que a linguagem deve ser compreendida em suas relações estruturais, não apenas como uma representação de significados pré-determinados, mas como um campo dinâmico e fluido de significações, profundamente imerso no contexto histórico e social (Henry, 1977).

O uso do pseudônimo Thomas Herbert

pode ser entendido como uma estratégia de Pêcheux para ocultar suas orientações teóricas e, por assim dizer, evitar possíveis dificuldades em sua carreira acadêmica. Ao adotar esse nome, Pêcheux disfarçava sua afiliação com teorias que não estavam em conformidade com a Psicologia tradicional da época, como o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Essa estratégia, porém, não deve ser vista como um ato de oportunismo acadêmico, mas como uma decisão política deliberada para preservar sua capacidade de intervir no campo das Ciências Sociais, sem ser imediatamente marginalizado. Ao utilizar o pseudônimo, Pêcheux conseguia articular uma crítica profunda às bases teóricas das Ciências Sociais, principalmente da Psicologia Social, ao mesmo tempo em que preservava sua posição no cenário acadêmico. Sua intenção era provocar uma ruptura nas abordagens dominantes, ao abrir espaço para um novo tipo de Análise do Discurso que incorporasse a teoria Marxista, a Psicanálise e o Estruturalismo de maneira não-reducionista (Henry, 1977).

Na próxima seção, buscamos conhecer as três teses althusserianas fundamentais para a formulação-constituição de conceitos de Michel Pêcheux para a Análise do Discurso francesa. Sendo assim, Althusser como filósofo marxista foi professor e figura influente para a trajetória intelectual de Pêcheux. A apropriação dos conceitos de Althusser permitiu a Pêcheux desenvolver sua teoria sobre a relação entre língua(gem), ideologia e a constituição do sujeito (forma-sujeito e a posição do sujeito no discurso).

A seguir, exploramos as *três teses de Althusser* e sua importância na análise crítica das estruturas ideológicas e sociais, para continuarmos o entendimento de influências de Althusser em Pêcheux.

As três teses de Althusser e sua análise crítica das estruturas ideológicas e sociais

É importante reconhecer que a análise da ideologia e sua relação com a categoria de sujeito não são livres de ambiguidades e desafios. Embora a ideologia estabeleça os sujeitos como sujeitos concretos, a própria noção de sujeito é fundamental para toda a ideologia. Althusser também destaca as limitações de suas próprias teses nesse contexto: “desejaria arriscar-me a propor um primeiro e muito esquemático esboço. As teses que apresentarei não são certamente improvisadas, mas não podem ser sustentadas e comprovadas, isto é, confirmadas ou retificadas, a não ser através de estudos e análises aprofundadas” (Althusser, [1970]2022, p. 90).

A primeira tese – “A ideologia é uma representação da relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência” (Althusser, [1970]2022, p. 94) – ressalta um ponto fundamental: na ideologia, não é apenas o mundo real dos sujeitos que é representado, mas sim sua relação com suas condições reais de existência. Esta relação está no cerne de todas as representações ideológicas e constitui o elemento central e imaginário do mundo real.

Retomo aqui uma tese já apresentada: não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens” “se representam” na ideologia; o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica e, portanto, imaginária do mundo real (Althusser, [1970]2022, p. 97).

A ideologia não apenas reflete passivamente as condições objetivas da vida dos sujeitos, mas também a interpreta ativamente nessas condições de acordo com uma série de filtros ideológicos. Ela não é apenas um reflexo passivo da realidade, mas sim um processo ativo

de construção de significado e de interpretação do mundo. Essa compreensão nos permite analisar criticamente as representações ideológicas, questionando não apenas sua veracidade ou precisão, mas também suas motivações, influências e efeitos sobre a forma como os sujeitos percebem e interagem com o mundo ao seu redor. Ao fazê-lo, podemos desvelar as relações de poder subjacentes à produção e reprodução das ideologias, bem como suas implicações para a construção e transformação da sociedade.

Nessa perspectiva, a segunda tese afirma que “A Ideologia tem existência material” (Althusser, [1970]2022, p. 98). Essa tese desafia a concepção tradicional de que a ideologia é meramente um conjunto de ideias abstratas, sugerindo, ao invés disso, que ela se manifesta e se materializa em práticas concretas e instituições tangíveis.

Dito isto, vejamos o que se passa com os indivíduos que vivem na ideologia, isto é, numa representação do mundo determinada (religiosa, moral etc.) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais). Diremos que esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material (Althusser, [1970]2022, p. 99 – grifos nosso).

Essencialmente, as práticas sociais e as concepções que os sujeitos têm delas estão intimamente ligadas. Pode-se afirmar que não existe prática sem ideologia e que toda prática, inclusive a científica, é conduzida por meio de uma ideologia. Em todas as esferas das práticas sociais – seja na produção econômica, na ciência, na educação, na arte, no direito, na moral ou na política – os agentes envolvidos estão sujeitos às ideologias correspondentes, muitas vezes sem perceber ou compreender completamente essa influência.

As ideias e representações que constituem a

ideologia têm uma existência material, não ideal. Isso é determinante para entender a natureza da ideologia. Ela se materializa na sociedade no conjunto de objetos simbólicos que constituem as representações sociais. Cada Aparelho Ideológico de Estado encarna uma ideologia. A unidade dessas diferentes ideologias é garantida pela subordinação à ideologia dominante. Ao considerar isso, podemos examinar uma representação do mundo determinada, que decorre de sua relação imaginária com suas próprias condições de existência.

Como bem destaca Althusser, essa relação se encontra, em última instância, determinada por sua posição de classe social.

As ideias desaparecem enquanto tais (enquanto dotadas de uma existência ideal, espiritual), na medida mesma em que se evidenciava que sua existência estava inscrita nos atos das práticas reguladas por rituais definidos em última instância por um aparelho ideológico. O sujeito, portanto, atua enquanto agente do seguinte sistema (enunciado em sua ordem de determinação real): a ideologia existente em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais regulares por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença (Althusser, [1970]2022, p. 103).

O sujeito, portanto, desempenha um papel como agente dentro deste sistema, cuja a ideologia presente em um aparelho ideológico material prescreve práticas também materiais, reguladas por rituais concretos. Essas práticas são realizadas nos atos físicos do sujeito, que age conscientemente de acordo com suas crenças. Assim, podemos enunciar duas teses interligadas: “1) só há prática através de e sob uma ideologia; 2) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (Althusser, [1970]2022, p. 103). A primeira se refere a toda ação que ocorre dentro de uma ideologia específica e é moldada por ela; a segunda, a ideologia só existe em relação ao sujeito e é criada e perpetuada por ele.

A partir dessas teses, Althusser aborda a terceira tese central – “A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (Althusser, [1970]2022, p. 104). A categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo, enfatizamos que a categoria de sujeito não é apenas uma característica intrínseca de toda ideologia, pois a função principal da ideologia é “constituir” indivíduos concretos em sujeitos” (Althusser, [1970]2022, p. 104). É nesse jogo de dupla constituição que reside o funcionamento de toda ideologia.

O processo de constituição do sujeito não é um evento histórico específico, mas sim um estado contínuo de ser. Todos nós somos “sempre-já sujeitos”, o que significa que a categoria do sujeito preexiste a cada um de nós como indivíduos concretos e é uma condição de nossa existência social. A ideologia desempenha um papel fundamental nesse processo, interpelando os indivíduos como sujeitos concretos. Essa interpelação acontece de forma concreta, como quando somos chamados na rua e nós reconhecemos como sujeitos. Assim, o indivíduo é abstrato em relação ao sujeito que ele já é sempre, ocupando sempre o lugar de sujeito em um sistema de referências (Althusser, [1970]2022, p. 48).

Na próxima seção, apresentamos possíveis articulações como influências (diálogos) e distanciamentos (duelos) entre Althusser e Pêcheux. Também vamos trazer as condições de produção de Maio de 68 na França e exemplos citados por Michel Pêcheux em sua conferência na Alemanha, em 1982.

“Problemas das Pesquisas em Ideologia” (Projeto Ideologia-Teoria de Pêcheux, 1982) e “Ousar pensar e ousar se revoltar” (Pêcheux, 1984)

A luta de classes é a chave para

compreender a função do Estado e de seus aparelhos, que operam como mantenedores da opressão e da reprodução das condições de exploração. Esse é o ensinamento fundamental althusseriano! Althusser ([1970]2022, p. 119) destaca que “a ideologia da classe dominante não se torna dominante por graça divina, ou pela simples tomada de poder de Estado. É pelo estabelecimento dos AIE, onde esta ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante”. No entanto, esse processo não ocorre sem resistência, pois os AIE são também palco de embates entre ideologias “antagônicas”. Assim, a luta de classes se manifesta nos AIE como um aspecto mais amplo da disputa ideológica, em que a classe dominada busca afirmar sua posição dentro e contra esses aparelhos. Embora a ideologia dominante se efetive nos AIE, ela os ultrapassa, pois se origina das condições de existência e das experiências das classes em conflito. Dessa forma, a ideologia não nasce dos próprios AIE, mas das relações de força e das contradições inerentes à estrutura social (Althusser, 1970). Um ponto em conexão de Pêcheux com Althusser é a relação luta de classes e ideologia(s). Sem dúvidas, é motivo de influência em seu projeto Ideologia-Teoria (Pêcheux, 1982).

Em sua conferência no Encontro “Problemas das Pesquisas em Ideologia” do projeto Ideologia-Teoria, ocorrido em fevereiro de 1982, na Alemanha, Michel Pêcheux exemplifica as condições de existência da ideologia stalinista e das experiências das classes revolucionárias em conflito na Europa dos anos 1960-1975, que quiseram crer. A forma duradoura foi do populismo do Estado – “O Estado de todo o povo” – defesa como última forma do “Estado de Emergência”, pois “[...] a declaração é ideológica que se apoia no imperativo da sobrevivência [fome e medo], com o qual tudo se justifica” (Pêcheux, 1982). Nesse contexto, as condições de produções opunham ideologia stalinista vs. classes revolucionárias na

Europa (1960-1975), cujo cenário apresentou o stalinismo como versão autoritária e repressiva do marxismo-leninismo, implementada na União Soviética por Josef Stalin entre 1927 e 1953. Sua centralização extrema do poder, bem como a repressão brutal e o culto à personalidade, a “sua” ideologia se diferencia do marxismo-leninismo. Com diferenças em vários aspectos deste, além do totalitarismo e da centralização do poder (poder totalmente centralizado nas mãos de Stalin e do Partido Comunista, com eliminação de qualquer tipo de oposição, tanto dentro quanto fora do partido), a repressão e o terror de Estado (regime sustentado com a perseguição e execução de opositores, expurgos em massa – como o Grande Expurgo, entre 1936 e 1939, e o uso de campos de trabalho forçado (os gulags) para onde milhares de pessoas eram enviadas) são outros aspectos extremistas e centralizadores (Le Goff, 1998). Encontramos mais detalhes em “O marxismo-leninismo transforma a relação forma-sujeito do discurso e a prática política” na parte IV de *Les Vérités de la Palice* (Pêcheux, 1975).

Além disso, contrariamente à ideia de revolução mundial de Leon Trótski, Stalin defendeu a teoria de que o socialismo deveria ser consolidado primeiro na União Soviética antes de se expandir globalmente – “Socialismo em um só país”. No que tange à economia planificada, o Estado passou a controlar todos os setores da economia através dos Planos Quinquenais, que estabeleciam metas de produção para a rápida industrialização, especialmente de bens pesados. Já a coletivização agrícola correspondeu às terras confiscadas dos proprietários privados (os kulaks) e transformadas em fazendas estatais ou coletivas. Implementado à força, esse processo resultou em resistência e grandes fomes [e medos], como o Holodomor na Ucrânia (Hobsbawm, 1995; Le Goff, 1998).

Outro destaque para a ideologia stalinista, como disse Pêcheux (1982), foi que Stalin era

promovido por propaganda intensa e censura como um líder heroico e infalível, essencial para o sucesso da nação – culto à personalidade. Inclusive, críticos apontam que o stalinismo resultou na criação de uma elite burocrática que acumulava privilégios e subvertia o ideal marxista de poder nas mãos do proletariado. Diante disso, o stalinismo causou milhões de mortes por meio de execuções, fome e condições desumanas nos gulags. Após a morte de Stalin, em 1953, a União Soviética iniciou um processo de desestalinização, e a influência da ideologia diminuiu. Mesmo com o colapso da União Soviética, o termo “neo-stalinismo” é usado para descrever a promoção de visões positivas sobre a figura de Stalin e a nostalgia pelo período, principalmente em alguns países pós-soviético, também conhecidos como ex-repúblicas soviéticas.

De acordo com a perspectiva de Michel Pêcheux (1982), a ideologia stalinista se constituiu a partir de duas faces complementares, que visavam a neutralizar as contradições da luta de classes. Uma dessas faces é o *populismo de Estado*, que se manifestou por meio de discursos que apresentam o Estado como representante de todo o povo, ocultando as divisões de classe. Esse era o ponto em que, de fato, fazia com que o povo, as classes revolucionárias em conflito na Europa se manifestassem.

Nesse contexto, o *slogan* “O Estado de todo o povo” foi utilizado na União Soviética para afirmar que as diferenças de classe haviam desaparecido sob o regime socialista. Ao fazer isso, a ideologia stalinista buscou legitimar o poder do Estado e do partido único como a expressão unificada da vontade popular, negando a existência de classes antagônicas.

A segunda face da ideologia stalinista é a do *Estado de Emergência*, que serviu para suprimir as lutas revolucionárias que, no entender de Pêcheux (1982), continuam existindo mesmo sob o socialismo. Para justificar a repressão, essa

vertente ideológica recorre a uma linguagem que denuncia a atuação de “inimigos do povo” ou “agentes estrangeiros”, desviando a atenção das contradições internas e da insatisfação popular (Hobsbawm, 1995; Le Goff, 1998).

Assim, a visão de Pêcheux (1982) sobre a ideologia stalinista pode ser da seguinte forma: (i.) a ideologia stalinista se baseia em duas práticas discursivas: uma que busca a união nacional (“populismo de Estado”) e outra que promove a repressão aos opositores (“Estado de Emergência”); (ii.) essa abordagem ideológica busca mascarar a existência da luta de classes, que, na perspectiva materialista do filósofo, persistia mesmo sob a experiência socialista; (iii.) o populismo de Estado, portanto, se configura como a forma duradoura dessa ideologia, na medida em que tenta construir uma representação do Estado como sendo de “todo o povo”. Essa forma ideológica se mantém enquanto a repressão do Estado de Emergência opera contra aqueles que ousam desafiar a unidade imposta. Esse pensamento analítico de Pêcheux (1982) considera a linguagem e a ideologia como elementos cruciais na (re) produção das relações de poder (Montag, 1999; Read, 2017), cuja materialidade da repressão vs. dos atos revolucionários das classes comprovam que os sujeitos são interpelados pela ideologia e que os discursos são moldados por formações ideológicas que ocultam as contradições sociais, muitas vezes.

Na Europa entre 1960 e 1975 (Hobsbawm, 1995), o conflito revolucionário envolveu a classe operária e o movimento estudantil, cada um com diferentes alas políticas e pautas específicas. A emergência de uma “Nova Esquerda” questionou tanto o sistema capitalista quanto o comunismo soviético, criticando os partidos comunistas tradicionais por sua burocracia e moderação. Especialmente nas nações industrializadas, a classe operária continuava a ser uma força política fundamental, mas seu

perfil e radicalização se alteraram. Os partidos e sindicatos ligados ao comunismo ortodoxo e ao socialismo democrático mantinham uma grande influência na mobilização da classe trabalhadora – afirma Pêcheux (1982). Eles frequentemente buscavam reformas através de canais institucionais e negociações, como a Confederação Geral do Trabalho⁶ na França (Hobsbawm, 1995).

Grupos operários mais radicais surgiram em reação às políticas mais conciliatórias dos partidos tradicionais. Estes grupos criticavam a burocracia sindical e o modelo de “socialismo real” do Bloco Soviético, promovendo uma maior autonomia da classe trabalhadora. Não só na França, Pêcheux nos lembra um exemplo dessa radicalização. O chamado “Outono Quente” na Itália, em 1969, foi um período de grandes greves e protestos que desafiaram o poder patronal e sindical, exigindo melhores salários e condições de trabalho (Gadet; Pêcheux, 1981; Pêcheux, 1982).

Ao emergir como uma força revolucionária importante, o movimento estudantil trazia pautas culturais e de contestação moral que iam além das reivindicações econômicas tradicionais. Os estudantes protestavam contra a autoridade, a moralidade conservadora, a Guerra do Vietnã e o autoritarismo de maneira geral. Eles defendiam maior liberdade individual e coletiva. Inspirada por pensadores como Herbert Marcuse e influenciada por vertentes como o trotskismo, o maoísmo e o anarquismo, a “Nova Esquerda” estudantil questionava a sociedade de consumo e a burocracia política. O auge do movimento estudantil ocorreu em Paris, onde as reivindicações por reformas educacionais se expandiram para uma greve geral massiva, contando com o apoio de milhões de trabalhadores. No entanto, a aliança entre estudantes e operários foi complexa e de curta

duração, revelando tensões e diferentes objetivos (Gadet; Pêcheux, 1981; Auron, 1998; Le Goff, 1998).

Ocorriam intensas tensões ideológicas entre os grupos. A “Nova Esquerda” criticava os partidos comunistas ortodoxos pela sua acomodação ao sistema. Por sua vez, os partidos tradicionais viam os movimentos estudantis como anárquicos e utópicos. As reivindicações dos operários se concentravam em questões econômicas, como salários e melhores condições de trabalho. Já os estudantes priorizavam pautas culturais e políticas mais abrangentes, como liberdade de expressão e a luta contra o conservadorismo. Apesar da potência revolucionária de eventos como Maio de 68, a falta de uma unidade política sólida entre os diferentes grupos revolucionários contribuiu para a desmobilização. No entanto, o período abriu caminho para mudanças sociais e de comportamento duradouras em toda a Europa (Gadet; Pêcheux, 1981; Hobsbawm, 1995; Auron, 1998; Le Goff, 1998).

Em seu texto “Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes”⁷, Michel Pêcheux (1984) afirma que a ideologia, enquanto campo de disputas, não se configura apenas como uma camada superficial sobre a base econômica, mas como uma força material que organiza e reconfigura o pensamento e as reflexões dos sujeitos, atravessando as relações sociais de modo intrínseco e profundo. Ao ser imerso nessa trama ideológica, o sujeito não é portador de uma consciência autêntica ou original, mas é, desde sua formação, um produto de um sistema de significantes que o inscrevem em posições determinadas. A ideologia se torna, assim, um modo de constituição do sujeito, um processo contínuo de subjetivação que não se limita a uma imposição, mas envolve uma aceitação inconsciente das ordens e das normas

6 *Confédération Générale du Travail* (CGT) é uma confederação sindical francesa criada em 23 de setembro de 1895.

7 Este texto foi publicado em alemão como “Zu rebelieren und zu Denken wagen! Ideologien, Widerstände, Klassenkampf” em *KultuRRevolution*, 1984.

que estruturam a vida social.

Nesse ponto, recorremos às palavras de Pêcheux (1975):

[...] Quanto ao sujeito ideológico que o reduplica, ele é interpelado – constituído sob a evidência da constatação que veicula e mascara a “norma” identificadora: “um soldado francês não recua”, significa, portanto, “se você é um verdadeiro soldado francês, o que, de fato, você é, então você não pode/deve recuar”. Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados

(Pêcheux, [1975b]1998, p. 159-160; grifos do autor).

O Aparelho Ideológico de Estado (AIE) atua como um lugar onde essa ideologia se cristaliza e se reatualiza, sempre por meio de práticas que não são meramente impositivas, mas que se tornam internalizadas no cotidiano. “Diremos que o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, [1975]1998, p. 160). No espaço da escola (Nascimento, 2015), por exemplo, o sujeito não é apenas educado a seguir um determinado papel social, mas também a produzir e reproduzir uma série de significações que lhe são oferecidas, reforçando, ao mesmo tempo, as relações de produção e as formas de alienação – eis políticas de educação e de ensino. A reprodução das relações de produção se dá também por meio desses mecanismos ideológicos, que, longe de serem neutros, estruturam os desejos e os saberes, transformando-os em instrumentos de conformação. No entanto, é necessário sublinhar que existe uma contradição nessa estrutura ideológica.

Ao mesmo tempo que funciona como um campo de reprodução das relações de classe, o AIE também está imerso em um jogo de forças que envolve disputas ideológicas, que não são apenas entre a classe dominante e a classe dominada, mas também entre formas diversas de subjetivação. A ideologia da classe dominante não se impõe de forma direta ou explícita, mas se manifesta nos AIE, que tornam essa ideologia algo naturalizado e absorvido pelo sujeito. O sujeito não apenas consente com a ordem dominante, mas, em grande medida, participa ativamente na sua própria constituição ideológica, internalizando formas de ver e de sentir o mundo que, paradoxalmente, o mantém na condição de alienação (Pêcheux, 1975a; 1984).

Atentamo-nos ao alerta de Pêcheux (1975):

É preciso, porém, para evitar certos mal-entendidos, especificar alguns pontos de alcance mais geral, relacionados à teoria das ideologias, à prática de produção dos conhecimentos e à prática política, sem os quais tudo o que vai se seguir estaria inteiramente “deslocado”.

a) Se estamos destacando “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”, é porque a área da ideologia não é, de modo algum, o *único elemento* dentro do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam “em última instância” essa reprodução/transformação, no próprio interior da produção econômica, fato evocado por Althusser no começo de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos do Estado.

b) Ao falar de “reprodução/transformação”, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de *tudo modo de produção que se baseia numa divisão em classes*, isto é, cujo “princípio” é a luta de classes. Isso significa, em particular, que consideramos errôneo localizar em pontos diferentes, de um lado, o que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para sua transformação: a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado. (Pêcheux, [1975c]1998, p. 143-144; grifos do autor).

O papel do sujeito, nesse contexto, é entender que a ideologia não é apenas um

reflexo da realidade material, mas sim uma forma de sua (re)produção e transformação vinculada a divisão das classes. Por conseguinte, a consciência de classe e sua subjetivação não é algo dado, mas algo que deve ser trabalhado, desconstruído e ressignificado. A luta ideológica, portanto, não é uma simples batalha entre dois mundos previamente constituídos, mas uma constante reconfiguração das relações de poder, uma negociação onde o sujeito, constantemente reconstituído pela ideologia, pode também, se for capaz de um trabalho de desidentificação (Pêcheux, 1975b; 1982), criar possibilidades de transformação.

Nesse movimento, a crítica psicanalítica e marxista se entrelaça, pois ambas veem no sujeito não apenas um ser passivo, mas um sujeito alienado e, ao mesmo tempo, criador de suas próprias condições de existência. A luta ideológica, portanto, se dá no plano da subjetividade, mas também na base das relações sociais que produzem essa subjetividade. Não se trata apenas de entender a ideologia como um mecanismo de opressão, mas de perceber sua função na constituição do desejo e na organização da subjetividade, sendo necessário questionar até que ponto a consciência do sujeito pode ser liberada da armadilha da ideologia dominante, sem cair na ilusão de um sujeito que seria totalmente autônomo ou puramente crítico (Gadet; Pêcheux, 1981).

A transformação não ocorre apenas por uma crítica externa à estrutura ideológica, mas por uma reconstrução interna da subjetividade. Esse processo de reconstruir é um trabalho que exige tanto uma compreensão da dialética social, quanto a capacidade de lidar com as contradições internas do sujeito. Não se trata apenas de um reflexo das relações de produção, mas também se trata especialmente de um ser que pode, a partir de sua própria divisão, iniciar processos de mudança.

Uma vez mais, citamos Pêcheux (1975):

O conceito de *Ideologia* em geral aparece, assim, muito especificamente como o meio de designar, no interior do marxismo-leninismo, o fato de que as relações de produção são relações entre “homens”, *no sentido de que não são relações entre coisas, máquinas, animais não-humanos ou anjos; nesse sentido e unicamente nele*: isto é, sem introduzir simultânea, e sub-repticiamente, uma certa idéia de “o homem”, como antinatureza, transcendência, sujeito da história, negação da negação, etc. (Pêcheux, [1975d]1998, p. 151-152; grifos do autor).

A partir dessa ótica, o conceito de *interpelação ideológica* pode ser visto como um mecanismo que não só vincula o indivíduo à ideologia dominante, mas que também, por meio dessa relação, influencia a própria subjetividade. Nesse sentido, a ideologia não atua apenas como uma rede de ideias, mas como um aparato que interage diretamente com o sujeito, criando uma identidade, uma sensação de pertencimento e um lugar social, mas também o mantém cativo dentro das determinações das relações de classe (Montag, 2017; Nir, 2017; Read, 2017).

A expressão “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, de Marx, 1970) indica que a ideologia não apenas influencia o sujeito, mas o constitui como tal. Ela não apenas define o que o sujeito é, mas também o que ele deve ser, no sentido de um sujeito inserido em uma estrutura de poder que impõe as condições e os limites da sua própria subjetividade. Nem sempre impõe, muitas vezes negocia essas condições e limites. Isso se dá, portanto, em um processo de identificação, em que o sujeito aceita e se submete a um “grande sujeito” – uma instância universal que lhe diz como o mundo é e como ele deve agir dentro dele, seja na forma de moral, lei ou saber (Pêcheux, 1975b; 1983; Gadet; Pêcheux, 1981). No entanto, a relação sujeito/Sujeito não é isenta de contradições.

Embora imponha uma evidência absoluta, a ideologia não é totalmente homogênea nem infalível. Como nos mostra o exemplo da Primeira Guerra Mundial, a ideologia pode ser contestada, desconstruída ou, ao menos, transformada. Essa contestação ocorre por meio de um processo de contraidentificação (Pêcheux, 1975b), cujo sujeito começa a perceber as inconsistências e as contradições de sua posição ideológica, como, por exemplo, a desigualdade presente em uma guerra que se justifica pela “igualdade” entre os indivíduos que a enfrentam. No entanto, a contraidentificação não resolve a totalidade da contradição, pois o sujeito, ao resistir à ideologia dominante, ainda permanece preso à sua lógica. A verdadeira ruptura ocorre na desidentificação, tomada de posição subjetiva em que o sujeito é capaz de transformar sua posição dentro da estrutura social, não apenas negando ou aceitando passivamente a ideologia, mas criando, por meio de sua ação política, uma nova configuração de sujeito, mais autônoma e reflexiva (Pêcheux, 1975b; Pêcheux; Gadet; Haroche; Henry, 1982).

Esse processo de desidentificação é crucial, pois é por meio dele que o sujeito pode romper com as determinações ideológicas e construir uma prática revolucionária genuína, que não seja apenas uma subordinação a uma ideia externa ou uma ideia pré-concebida, mas uma prática que emerge de um confronto real com as contradições presentes nas condições materiais de vida. Nesse contexto, a teoria não pode ser entendida como uma mera explicação externa da prática, mas deve ser incorporada na luta, tornando-se um instrumento que permite ao sujeito compreender e transformar as próprias condições de existência.

Por fim, o papel da prática revolucionária, como articulada por Lênin (Harnecker, 1981), consiste justamente em fazer com que o sujeito não apenas compreenda suas contradições, mas que atue sobre elas, rompendo com os

condicionamentos ideológicos que sustentam a ordem capitalista e criando as bases para uma nova ordem, que supere essas limitações e construa uma sociedade mais justa e igualitária. A luta de classes, portanto, não é apenas um confronto de ideias, mas um confronto material que exige a transformação do sujeito e das relações sociais, no sentido de um processo contínuo de emancipação (Pêcheux, 1975a; 1984).

Tanto Althusser quanto Pêcheux entendem a ideologia como uma prática material, mas suas abordagens apresentam nuances e duelos. Ambos consideram que a ideologia não se reduz a uma consciência individual, mas se manifesta em instituições e práticas sociais que interpelam os sujeitos, influenciando suas identidades e subjetividades (Althusser, 1970; Pêcheux, 1975; Gregolin, 2004).

Althusser introduz o conceito de *Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)* e afirma que a ideologia da classe dominante se perpetua, não por uma simples imposição, mas por meio de práticas cotidianas que naturalizam essa ideologia. A ideologia se inscreve na subjetividade do sujeito, que, ao ser interpelado, se reconhece como parte de um determinado sistema ideológico. A luta de classes, nesse contexto, é uma disputa ideológica que ocorre dentro desses aparelhos, sendo também marcada por contradições, pois a classe dominante não impõe sua ideologia de forma absoluta.

Por sua vez, Pêcheux avança na ideia de ideologia ao destacar o papel das *materialidades discursivas*, que são práticas discursivas que não apenas refletem a realidade, mas a constituem e a transformam. Para ele, os discursos não são neutros, mas sim carregados de poder e ideologia. Ele enfatiza a *interpelação ideológica* em que o sujeito não é apenas chamado, mas é constituído como sujeito por meio da ideologia que o individualiza, da individuação ideológica (Read, 2017). Ao partir de Althusser, que trata

os AIE como uma instância fundamental na reprodução da ideologia dominante, Pêcheux (1975) amplia essa análise ao considerar também as *disputas ideológicas* internas, que envolvem não apenas a classe dominante e dominada, mas uma multiplicidade de formas de subjetivação (de natureza psicanalítica, jamais fenomenológica).

A principal diferença entre eles está na maneira como encaram a *contradição interna da ideologia*. Althusser vê essa contradição como um campo de disputa dentro dos AIE, enquanto Pêcheux propõe que a ideologia, além de ser reprodutora das relações de poder, também está em constante transformação, com a possibilidade de um sujeito desidentificado criar possibilidades de transformação política e subjetiva. Eis a *condições ideológicas da reprodução/ transformação das relações de produção* (Pêcheux, [1975]1988, p. 143).

Enquanto Althusser foca na ideologia como uma estrutura que naturaliza as relações de classe, Pêcheux avança ao mostrar que, dentro dessa estrutura, há uma *dinâmica de disputa e transformação*, em que o sujeito pode desconstruir a ideologia e criar práticas revolucionárias. Ambos os teóricos, no entanto, compartilham a ideia de que a ideologia é central para a constituição do sujeito e das relações sociais. Também compartilham a afirmação de que a luta ideológica é fundamental para a transformação das condições sociais e materiais.

Vejamos outro exemplo em que Pêcheux (1982) cita em sua conferência no Encontro “Problemas das Pesquisas em Ideologia” do projeto Ideologia-Teoria.

A frase “não existe um caminho militar para o socialismo”⁸, oferece um bom exemplo para a função da ambiguidade no discurso político. Essa frase tem relação tanto com o fato histórico, que – substancialmente e até hoje – existiram apenas caminhos militares “para o

socialismo”, e com o fato político que esses caminhos militares não levam ao socialismo. Sob esse ponto de vista – e qualquer que seja a saída do Estado – fica a questão levantada pelo movimento de massa polônes, que coloca em todos os níveis da sociedade o pedido por liberdades democráticas como sendo o problema principal do socialismo “existente”. Esse problema é inseparável de sua questão histórica decisiva, que trata de um possível caminho a rupturas anticapitalistas no interior do núcleo capitalista, que poderia ser acolhido com a sua lógica, sem se deixar colher por elas (como parece ser o caso nas diversas – atualmente em crise – democracias sociais europeias e como já foi o caso dos movimentos socialistas do século 19.). (Pêcheux, 1982 – grifos do autor).

A construção “não existe um caminho militar para o socialismo” é uma frase que oferece bom exemplo para a função da ambiguidade e a contradição interna da ideologia no discurso político, por, ao menos, sentidos de:

- a) “o fato histórico, que – substancialmente e até hoje – *existiram apenas caminhos militares “para o socialismo”*;
- b) “o fato político que *esses caminhos militares não levam ao socialismo*”.

A afirmação “não existe um caminho militar para o socialismo” é objeto de intenso debate e não representa um consenso na teoria e história política. Essa é a materialidade dupla que causa a ambiguidade no discurso pela dinâmica de disputa e transformação, pela falta do consenso. Se há a falta, a presença material é de, ao menos, dois sentidos antagônicos em disputa pelo conflito ideológico no percurso de cada sentido. Exatamente a ambiguidade é prova material das ideologias em conflito, em não consenso, em sentidos opostos. Enquanto alguns teóricos e eventos históricos demonstram a inviabilidade ou o fracasso de uma transição militar, outros defendem que o caminho armado é uma estratégia necessária ou que o socialismo, para se defender, precisa desenvolver suas próprias capacidades militares.

Em um caminho não militar, o percurso de sentidos em construção é: (i.) o socialismo, em princípio, defende o fim das guerras e do

8 [Nota de Pêcheux, 1982]: “Explicação do líder comunista italiano, Pietro Ingrao, por ocasião da violência na Polônia em 1981”.

saque. O uso da força militar é associado ao capitalismo e ao imperialismo, que possuem o monopólio da violência; (ii.) experiências históricas são usadas como exemplo da violência do imperialismo contra projetos socialistas, mas também questionam a viabilidade de uma transição unicamente pacífica; (iii.) influenciados pelos horrores da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, alguns marxistas desenvolveram uma visão pacifista e utópica do socialismo; (iv.) mesmo com discursos sociais, governos militares são frequentemente autoritários e têm mais semelhanças com regimes ditatoriais do que com o socialismo democrático; (v.) com o desenvolvimento de partidos políticos e o crescimento do movimento operário, alternativas não militares foram historicamente propostas e seguidas como estratégia de acumulação de forças para o socialismo.

No caminho militar, o percurso de sentidos em construção é: (i.) o socialismo e a guerra estão interligados historicamente; (ii.) como a russa e a chinesa, muitas revoluções socialistas ocorreram em contextos de guerra (a transição para o socialismo é frequentemente atacada e sabotada, justificando a necessidade de defesa militar); (iii.) a existência de um poder militar imperialista global exige que experiências socialistas desenvolvam sistemas de defesa para se protegerem contra agressões estrangeiras; (iv.) existe um debate dentro do marxismo sobre a estratégia militar para a revolução, que envolve discussões sobre a guerra de guerrilha e o desenvolvimento de um exército regular para enfrentar o poder do Estado capitalista; (v.) a modernização militar é vista por alguns como uma questão existencial para os países socialistas, tanto para a defesa quanto para a industrialização.

O debate hoje sobre o caminho militar para o socialismo continua polarizado e ambíguo (por vezes) com a pauta de: o papel do Estado, a democracia e a organização das massas para a

revolução, embora a violência, a luta armada e a defesa do socialismo serem questões presentes e complexas, particularmente em relações de condições históricas e políticas de cada país e do contexto global, mundial. Sendo assim, a polarização é a própria disputa ideológica!

Por isso, a declaração de Pêcheux (1982) de que “o pedido por liberdades democráticas como sendo o problema principal do socialismo “existente” é “problema [...] inseparável de sua questão histórica decisiva, que trata de um possível caminho a *rupturas anticapitalistas no interior do núcleo capitalista*” (grifo do autor). O ponto central da ambiguidade é materialidade das ideologias em disputas, portanto, antagônicas em seus percursos de construção de sentidos. Em oposição, os sentidos divergem pela não acolhida com a sua lógica. O autor cita, então, “o caso nas diversas – atualmente em crise – democracias sociais europeias e como já foi o caso dos movimentos socialistas do século 19”.

Os “frágeis processos de mudança na França”, iniciados em maio de 1981, ditos por Pêcheux (1982), referem-se principalmente às reformas promovidas pelo governo do presidente socialista François Mitterrand. As mudanças foram vistas como frágeis devido a uma série de fatores, incluindo um contexto econômico desfavorável e a posterior necessidade de recuar em muitas das políticas iniciais. A vitória desse socialista permite a fissura no domínio da direita e dos gaullistas na Quinta República – há, então, a dinâmica de disputas e o caminho possível para transformação.

É exatamente em meio à crise econômica internacional que se seguiu à crise do petróleo, afetando o *Welfare State* (Estado de bem-estar social) francês, em que ocorreu a vitória socialista. Assim, a esquerda ao poder gera expectativas de transformação entre uma ruptura com as políticas econômicas anteriores e com as estruturas sociais sufocantes. Só que as principais atitudes governamentais de Mitterrand – já no

início de seu mandato – causaram instabilidade econômica que, por conseguinte, trazem a fragilidade e, de certo modo, a insustentabilidade a longo prazo. François Mitterrand é interpelado ideologicamente pelas disputas ideológicas e pela contradição interna da ideologia.

Essas atitudes foram, por exemplo: nacionalizar diversos bancos e grandes empresas em setores siderúrgicos, de armamento e farmacêutico, em linha com a teoria socialista clássica – o que, posteriormente, precisou privatizar novamente essas empresas (na chamada “coabitação” com a direita); implementação de reformas sociais, como o aumento do salário-mínimo e benefícios sociais para aposentados e desempregados, o que, visto inicialmente como estímulo econômico, acaba gerando pressão sobre as finanças públicas. Algumas atitudes vistas como positivas foram: a jornada de trabalho semanal reduzida para 39 horas e adicionada a quinta semana de férias pagas, inclusive a reforma administrativa realizada de modo a transferir mais poder para as regiões e municípios (Hobsbawm, 1995; Auron, 1998; Le Goff, 1998).

A fragilidade das reformas socialistas ficou evidente a partir de 1983, quando o governo de Mitterrand foi obrigado a mudar sua política econômica para conter a inflação e o déficit da balança de pagamentos. Esse recuo (contradição interna da ideologia) ou conhecidamente “guinada para a austeridade” é o ápice: de fato, o governo abandonou as políticas keynesianas de estímulo e adotou medidas mais liberais para estabilizar a economia, além, é claro, a partir de 1986, com a eleição de uma maioria de direita para a Assembleia Nacional, o governo passou por um período chamado de “coabitação”, de maneira que o primeiro-ministro Jacques Chirac privatizou muitas das empresas que haviam sido nacionalizadas. Apesar da reversão de algumas atitudes políticas, as reformas de Mitterrand deixaram bom legado, em especial nas áreas

social e de descentralização (Hobsbawm, 1995; Auron, 1998; Le Goff, 1998).

Diante disso, podemos entender a sequência de Pêcheux (1982) em sua conferência e o rumo de seu projeto Ideologia-Teoria:

Sob essa perspectiva, os frágeis processos de mudança iniciados na França desde maio de 1981 formam uma experiência única, cujo destino está atrelado a sua capacidade de se associar às pretensões existentes na Europa e no Terceiro Mundo de se soltar e libertar da lógica dos Blocos⁹. Em consequência disso, o Ocidente ainda exerce um poder sobre o Norte (como espaço das tecnologias e das democracias parlamentaristas), enquanto que o Oriente não interrompe o processo de aproximação com o Sul (considerando-as regiões com recursos de matéria prima e de energia, que em Estado de Emergência – alimentar e militar – são administrados sob natureza política muito diferenciados). (Pêcheux, 1982).

A referência de Pêcheux é para a política externa francesa iniciada em maio de 1981, fruto da eleição e vitória de François Mitterrand, vitória do Partido Socialista, da chegada da esquerda ao poder na França após 23 anos. Sua presidência fica marcadamente pelas reformas sociais significativas no plano interno, como a nacionalização de bancos e indústrias, a abolição da pena de morte e a redução da idade de aposentadoria. Essa nova abordagem buscava uma posição mais independente no cenário internacional, pela interpelação ideológica de desvincular-se, até certo ponto, da lógica polarizada da Guerra Fria entre os blocos capitalista (liderado pelos EUA) e comunista (liderado pela URSS). Diante disso, a posse de Mitterrand ocorreu em um período de forte tensão entre os blocos, agravada pela crise dos mísseis da OTAN¹⁰ (Organização do Tratado

9 [Nota de Pêcheux, 1982]: “Nessa lógica dos Blocos, a União Soviética ainda trabalha como garantia, certificado e condição da “Passagem para o Socialismo”. O Partido Comunista italiano rompeu claramente com essa representação histórica, quando foi dito: “A influência do Outubro 1917 está terminada”.

10 Também chamada de Aliança Atlântica. É uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlân-

do Atlântico Norte) e do Pacto de Varsóvia; portanto, o contexto é de tensão da Guerra Fria. Mitterrand venceu a eleição com a direita dividida (contradição interna da ideologia), aproveitando o momento para implementar suas políticas de esquerda e buscar uma nova identidade para a França na política externa (Hobsbawn, 1995; Auron, 1998; Le Goff, 1998; Elias, 2001; 2011).

Seu governo buscou um caminho próprio, ao equilibrar a aliança com o Ocidente com uma política mais próxima dos países do Terceiro Mundo. A França de Mitterrand tentou se diferenciar, em certa medida, dos outros países ricos, criticando a exigência de pagamento de dívidas dos países em desenvolvimento e buscando maior aproximação com essas nações. Embora a França fosse parte do bloco ocidental, Mitterrand procurou ter uma voz independente, questionando a lógica binária da Guerra Fria. Essa atitude política, no entanto, era delicada, pois a França ainda dependia de suas alianças ocidentais para se proteger (Hobsbawn, 1995; Auron, 1998; Le Goff, 1998; Elias, 2001; 2011).

É nesse cenário histórico-político que os *frágeis processos de mudança* [foram] *iniciados na França desde maio de 1981*. Dito por Pêcheux (1982), seu discurso historiciza uma dependência: o sucesso ou o fracasso dessa nova política francesa dependia de sua capacidade de se alinhar com as aspirações de outros países, tanto as da Europa quanto as do Terceiro Mundo, que desejavam mais autonomia em relação aos dois grandes blocos. A França, nesse sentido, se propunha como um modelo de nação que conseguia seguir seu próprio caminho, sem ser totalmente subjugada pela lógica bipolar. No entanto, a política externa francesa nos anos 80 enfrentou críticas, de parte de analistas que apontam o intervencionismo em algumas regiões, como na África, por continuarem de forma neocolonial. A fragilidade

tico Norte, assinado em 4 de abril de 1949, que constitui um sistema de defesa coletiva.

e a complexidade dessa experiência se tornaram evidentes ao longo da década.

Considerações Finais

Pêcheux realizou sua leitura do Materialismo Histórico para a construção de conceitos como: ‘ideologia’, ‘discurso’, ‘materialidade discursiva’. Tanto em *Les Vérités de la Palice* – Linguistique, Sémantique, Philosophie (1975) e nos seus posteriores textos, caso de sua conferência em 1982, vimos Pêcheux compreender a formulação teórica de Althusser a respeito da ideologia, por exemplo, para aquela estrutura material que impõe sentidos e significações, impulsionar teoria-análise dessas significações em articulações com as formações discursivas e nas subjetivações emergidas, caso, por exemplo, da ideologia stalinista vs. ideologia proletária francesa, ou do que faz um soldado francês ser dele um soldado francês – ditos por Pêcheux (1975a; 1982).

No campo da Análise do Discurso, vimos que os exemplos recorridos, aqui, implicam leituras psicanalíticas da materialidade ideológica em discursiva, em que o discurso se apresenta como alienante e fundante do sujeito, de modo que as análises oferecem articulações do inconsciente do sujeito de uma formação discursiva e da ideologia que o filia enquanto sujeito do dizer e do desejo. Dessa maneira, nossa pesquisa evidenciou algumas convergências e deslocamentos pontuais feitos por Pêcheux em relação a Althusser. Pontualmente, por exemplo, vimos a recuperação das condições de produção históricas marcadamente em detalhes por feixes de sentidos ideológicos já-existentes, antes mesmo de Stalin ou Mitterrand estarem nas posições que ocuparam.

Assim, nossa questão percorreu caminhos delineados no intuito de traçarmos algumas vias significativas produzidas para a

formulação de uma nova abordagem – a Análise do Discurso que integra Teoria Marxista, Linguística e Psicanálise para refletirmos sobre a produção de Michel Pêcheux em *Les Vérités de La Palice* (1975a) e no seu Projeto Teoria-Ideologia (1982). De nosso modo, a discussão acentuou o posicionamento do materialismo histórico e da análise do discurso para os conceitos fundamentais ‘ideologia’, ‘discurso’, ‘materialidade’ – o que possibilitou pontuarmos influências e deslocamentos de Althusser em Pêcheux. Logo, as contribuições, aqui, têm em vista seus funcionamentos nos procedimentos teóricos e analíticos da metodologia da AD (Pêcheux, 1983; Nascimento, 2014; 2016; 2017).

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. [1970]. Aparentes Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.
- AURON, Yair. *Les Juifs D'Extreme Gaúche* em Mai 68. Paris, Albin Michel, 1998.
- ELIAS, Norberth. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, Norberth. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Tradução por Ruy Jungmann, revisão e apresentação por Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. [1981]. *La Langue Introuvable*. Paris: Maspero, 1981.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. [1981]. *A Língua Inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.
- HARNECKER, Marta. *Conceitos Elementares do Materialismo Histórico*. São Paulo: Global, 1981.
- HENRY, Paul. [1977]. *A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Unicamp, 2014.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LE GOFF, Jean-Pierre. *Mai 68, Um Héritage Impossível*. Paris, La Découverte, 1998.
- MAGALHÃES, Belmira Rita da Costa. “Diálogo (im)possível entre as concepções de sujeito em Althusser, Pêcheux e Marx”. In: ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria; GARCIA, Dantielli Assumpção. (Orgs.). *Ler Althusser Hoje*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2017. pp. 17-29.
- MONTAG, Warren. *Bodies, Masses, Power: Spinoza and His Contemporaries*. London, New York: Verso, 1999.
- MONTAG, Warren. *Althusser and His Contemporaries: Philosophy's Perpetual War*. Duke University Press, Durham and London, 2013.
- MONTAG, Warren. *Althusser's Empty Signifier: What is the Meaning of the Word "Interpellation"? Mediations – Journal of the Marxist Literary Group, Chicago (USA)*, vol. 30, n. 2, pp. 63-70, 2017. Disponível em: [Mediations30_2_08.pdf](#) Acesso em: 20 mar. 2025.
- NASCIMENTO, Lucas. *Modos de Procedimentos Teóricos e Analíticos nas Pesquisas em Análise do Discurso da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Porto (UP)*. *Revista Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), vol. 43, n. 3, pp. 1190-1206, 2014. Disponível

em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/516/417> Acesso em: 20 mar. 2025.

NASCIMENTO, Lucas. *Análise do Discurso e Ensino: políticas de produção, mídia e saberes do professor de português em formação*. Alemanha: NEA Editores, 2015.

NASCIMENTO, Lucas. “A escrita da Análise do Discurso e as políticas de produção escrita”. In: NASCIMENTO, Lucas; MEDEIROS, Breno Wilson Leite. (Orgs.). *Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: heranças, métodos, objetos*. Alemanha: NEA Editores, 2016. pp. 125-153.

NASCIMENTO, Lucas. *Leitura, Objeto e Escrita Sensorial: a formação do analista do discurso*. Revista Linguística Rio, UFRJ, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 1, pp. 1-23, 2017. Disponível em: https://www.linguisticario.lettras.ufrj.br/uploads/7/0/5/2/7052840/lr31_lucasn.pdf Acesso em: 20 mar. 2025.

NASCIMENTO, Lucas. “Sobre Michel Pêcheux”. In: NASCIMENTO, Lucas. (Org.). *PRESENÇAS DE MICHEL PÊCHEUX: da Análise do Discurso ao Ensino*. Campinas: Mercado de Letras, 2019. pp. 285-290. (Coleção Análise do Discurso e Ensino – Apoio CNPq).

NASCIMENTO, Lucas; KANTORSKI, Graziela; WEISHEIMER, Nilson. Michel Pêcheux: materialidade discursiva, interpelação do sujeito e luta de classes. *Conexão Letras*, Dossiê: Les Vérités de La Palice: 50 anos, UFRGS, Porto Alegre, vol. 33, 2025, pp. 1-30. Disponível em: *Revista Conexão Letras*

NIR, Oded. *Althusser, or The System. Mediations – Journal of the Marxist Literary Group*, Chicago (USA), vol. 30, n. 2, pp. 71-75, 2017. Disponível em: *Althusser, or The System | Mediations | Journal of the Marxist Literary Group* Acesso em: 28 mar. 2025.

PÊCHEUX, Michel. [1975a]. *Les Vérités de la Palice – Linguistique, Sémantique, Philosophie*. Édition en Anglais, 1975. [Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel. [1975a]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.]

PÊCHEUX, Michel. [1975b]. “A Forma-Sujeito do Discurso”. In: PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. pp. 159-185.

PÊCHEUX, Michel. [1975c]. “Sobre as condições ideológicas da reprodução-transformação das relações de produção”. In: PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. pp. 143-150.

PÊCHEUX, Michel. [1975d]. “Ideologia, interpelação, efeito “Münchhausen”. In: PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. pp. 151-158.

PÊCHEUX, Michel ; PÊCHEUX, Michel ; CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie. [1980]. « Actes du Colloque Matérialités Discursives ». Université Paris X – Nanterre, 24-26 avril 1980. In: PÊCHEUX, Michel; CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie. (Orgs). *Matérialités Discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. [Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel et all. *Materialidades Discursivas*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Debora Massmann, et all. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.]

PÊCHEUX, Michel. [1981a]. « Questions initiales ». In: PÊCHEUX, Michel; CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie. *Matérialités Discursives*. Lille: Presses

Universitaires de Lille, 1981. pp. 11-12.

Submissão: novembro de 2025

PÊCHEUX, Michel. [1981b]. « Ouverture du colloque ». In: PÊCHEUX, Michel; CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie. *Matérialités Discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. pp. 15-18.

Aceite: dezembro de 2025.

PÊCHEUX, Michel. [1982]. Conferência pronunciada no Encontro “Problemas das Pesquisas em Ideologia” do projeto Teoria-Ideologia. *Re-Thinking Ideology, Argument-Sonderblatt*, 84, Berlin/W, Alemanha, 1983.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise; HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul. [1982]. “Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia”. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. pp. 55-71.

PÊCHEUX, Michel. [1983]. « Discourse: structure or event? – Actes du Colloque Marxism and Interpretation of Culture: Limits, Frontiers, Boundaries ». L’Université Urbana-Champaign, 8-12 juillet 1983. In: PÊCHEUX, Michel. *L’inquietude du Discours. Textes choisis et présentés par Denise Maldidier*. Paris: Éditions des Cendres, 1990, pp. 303-323.

PÊCHEUX, Michel. [1984]. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*, volume 1, issue 4, article 15, 2014. pp. 1-23. Tradução de Peter Schöttler. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15> Acesso em: 01 jan. 2025.

READ, Jason. Ideology as Individuation, Individuating Ideology. *Mediations – Journal of the Marxist Literary Group*, Chicago (USA), vol. 30, n. 2, pp. 77-84, 2017. Disponível em: Ideology as Individuation, Individuating Ideology | Mediations | Journal of the Marxist Literary Group Acesso em: 20 jan. 2025.